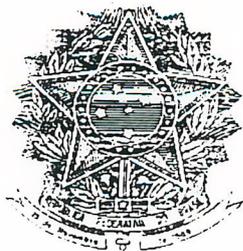


*subscrit*

*cmo 01691*



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA LEGISLATIVA  
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA



**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO**  
**ORÇAMENTO**  
**REUNIÃO 08/01/94 - 1h04min**

**PRESIDENTE: SENADOR JARBAS PASSARINHO**

**RELATOR: DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES**

**DEPOENTE: EDISON LOBÃO**



(NÃO HÁ GRAVAÇÃO DO INÍCIO DA REUNIÃO)

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Klein) - ...a Comissão de Orçamento, liberação de recursos orçamentários, iniciada por denúncias feitas pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos. Nós entendemos, na Comissão Parlamentar de Inquérito, que deveríamos ensejar a todas as pessoas mencionadas na sua entrevista e, depois, no seu depoimento, a oportunidade de prestar as devidas explicações, e entendemos também que era fundamental que não parecesse que a Comissão Parlamentar de Inquérito estava protegendo alguém. No caso específico dos Governadores mencionados houve, inicialmente, uma dúvida jurídica a respeito de se uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional poderia ouvir Governadores de Estado ou se eles não estariam submetidos apenas às suas Assembléias Legislativas. Neste sentido, havia posições divergentes, manifestadas, inclusive, em plenário, até o momento final. Mas por maioria de votos, o entendimento que prevaleceu foi o de que, em se tratando de questão de Orçamento, os Governadores poderiam ser ouvidos. E decidimos convidá-los. Não foi uma intimação, foi um convite para que pudessem prestar os esclarecimentos. Em função do convite, dispensarei aqui a tomada de compromisso. Está aqui a Comissão que foi designada pelo Presidente da CPI para tomar o seu depoimento e, neste momento, passarei a palavra aos Parlamentares, a fim de que façam as perguntas que entenderem necessárias. Procuraremos não ser excessivamente formais, já que é uma Comissão pequena cumprindo uma diligência. Se algum Parlamentar, que já tiver feito as suas perguntas, entender que deve complementá-las - e me parece que isso é do interesse de V. Ex<sup>a</sup> -, poderá fazê-lo.

Eu, então, iniciaria, porque sei que já recebeu informações de Subcomissões, pelo Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. EDISON LOBÃO** - Sr. Presidente, indago se eu poderia fazer uma ligeira explanação inicial e, em seguida, responderia às indagações.

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Klein) - À vontade.

**O SR. EDISON LOBÃO** - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados: Desde que se instalou a Comissão Parlamentar de Inquérito, os Governadores têm sido mencionados pela imprensa pelo fato de terem sido também mencionados pelo Sr. José Carlos Alves numa entrevista à revista *Veja*. O que disse ele? Que havia visto, junto com o Relator da Comissão de Orçamento, os Governadores Edison Lobão, Joaquim Roriz e João Alves. Nenhuma acusação foi feita, nenhuma alegação ocorreu. Daí por diante, o noticiário da imprensa passou a focalizar os nomes dos Governadores permanentemente, num suplício que já dura cerca de 3 meses. Permitam-me V. Ex<sup>as</sup> dizer que recebi de fato o expediente do Presidente Jarbas Passarinho convidando-me, como fez com relação aos demais Governadores, para que prestasse algumas informações, como testemunha, a respeito do Orçamento da União. S. Ex<sup>a</sup> foi explícito quanto a isso: Orçamento da União. E é o que pretendo fazer.

Eu, de fato, exerci um trabalho, que até diria intenso, no sentido de obter recursos do Orçamento da União Federal. E por que o fiz? Quando fui eleito Governador, procurei tomar conhecimento do que ocorria no meu Estado. Havia uma situação financeira caótica. A folha de pessoal ascidia a 70% das receitas do Estado; estávamos a braços com uma dívida interna e externa que era, e é ainda, a maior do Brasil. O Estado do Maranhão deve mais proporcionalmente do que a União Federal, do que qualquer um dos Estados. Enquanto a União Federal deve, aproximadamente, uma receita anual, São Paulo deve menos de uma receita e assim por diante, o Estado do Maranhão deve 4 receitas e meia. Estava em situação de inadimplência junto à Caixa Econômica e outros órgãos. A receita do Estado em queda, seja a receita propriamente dita estadual, o ICMS, como a receita proveniente do Governo Federal, Fundo de



08/01/94



Participação. O Banco do Estado recém-saíra de uma intervenção do Banco Central. O Departamento de Trânsito sorria as acusações dos chamados fiéis depositários, que foi uma crise que abalou profundamente o Departamento. No setor de saúde, os hospitais estavam todos fechados, e vivíamos um drama, tínhamos aproximadamente 140 mortes para cada mil crianças que nasciam. Era o maior índice brasileiro. A agricultura totalmente falida, e a polícia uma das piores do Brasil. Verifiquei, então, que, diante daquela situação, tínhamos que fazer uma reorganização profunda no Estado: reforma administrativa total, rearrumar a Receita Estadual e buscar no Governo Federal, junto ao Orçamento, recursos com os quais pudéssemos aliviar a situação do Maranhão. Chegamos a pagar 22% de todas as suas receitas para amortização da dívida. Nenhum Estado viveu esse drama, como o Maranhão viveu, por muito tempo, e, de algum modo, ainda vive, ou seja, 22% das receitas com uma folha de 70 e tantos por cento, chegaríamos a uma situação de quase ingovernabilidade.

Os Governos anteriores, os que constituíram a dívida, governaram sem ter que pagá-la, porque não a resgatavam, não pagavam Fundo de Garantia, não pagavam ISS, e recebiam empréstimos externos e internos generosos, fundo de participação, o ICMS e o resultado de aplicações financeiras.

A partir do meu Governo, passamos a contar apenas com o ICMS, sonogado em grande escala, e com o fundo de participação em queda. Portanto, a nossa situação parecia realmente dramática. O que fiz? Antes da posse, telefonei para o Governador Tasso Jereissati, que conhecia, dava-me muito bem com ele, e que realizara um Governo, no Ceará, admirável. Fui, lá, tomar algumas lições com ele; eu lhe disse isso. Na ocasião, Tasso Jereissati foi muito cordial, como sempre o foi, chamou o seu sucessor, Ciro Gomes, eleito, e juntos conversamos sobre a ação de governo que ele desencadeara naquele Estado. Disse-me, então, o Dr. Tasso Jereissati algo interessante e curioso, ou seja, que ele sustentara a grande obra que fizera no Ceará com dois Secretários: basicamente, o Secretário da Economia e o Secretário da Administração.

O Secretário da Administração promovera uma reforma administrativa profunda que resultou em economias substanciais para o Estado, e o Secretário de Fazenda realizara, também, uma administração extraordinária, graças à qual foi possível elevar substancialmente as receitas do Estado. Eu, então, perguntei ao Dr. Ciro Gomes se ele ia manter esses dois Secretários. Ele me respondeu que os havia convidado, mas eles não aceitaram permanecer no Governo. Pedi, então, licença a ambos para convidar os dois cearenses para que trabalhassem comigo. Naquele instante, eu estava promovendo uma espécie de caça aos valores, mais ou menos, guardadas as proporções, o que fizera Kennedy nos Estados Unidos. Eu estava interessado em fazer uma administração realmente modelar, revolucionária, no Estado do Maranhão, mas, para isso, eu precisava, primeiro, arrumar a administração e a economia do Estado. Um dos Secretários foi trabalhar comigo, o Secretário de Administração. De fato, ele está fazendo, ainda hoje, um trabalho belíssimo. Trata-se do Dr. Luciano Moreira. Com a ação dele na nossa Secretaria de Administração, foi possível reduzir de 104 mil contracheques para apenas 80. A situação do Maranhão era de tal modo caótica que tínhamos funcionários que acumulavam cinco, seis, oito, doze empregos; um só funcionário no Estado.

Feita essa reforma administrativa, no que diz respeito, basicamente, à folha de pessoal, tivemos um alívio na nossa folha. Começamos, então, uma luta contra a sonegação fiscal, e o Maranhão, em pouco tempo, transformou-se no Estado nº 1 em matéria de desempenho da sua receita do ICMS. A tal ponto que, em 1992, o Estado do Maranhão foi o primeiro em desenvolvimento da sua receita. Não foi o que mais arrecadou, mas o que teve melhor desempenho. Enquanto todos ou quase todos os Estados perderam receitas provenientes do ICMS - São Paulo perdeu quase que 30%, o



08/01/94

Amazonas e assim por diante -, o Estado do Maranhão teve um ganho junto com o Estado de Minas e com o Estado do Tocantins. Isso, graças ao combate sem tréguas que movemos contra a sonegação fiscal.

No entanto, antes de iniciar o Governo, convidei para me assessorar na organização do Estado, na formulação de um plano de Governo, o Dr. João Sayad, que fora Ministro do Planejamento do Governo Sarney. O Dr. João Sayad foi ao Maranhão e ficou meses comigo, realizando esse plano de Governo. Convidei-o para ser Secretário de Estado, quase uma espécie de Primeiro Ministro. Era a minha intenção formar um secretariado à altura das dificuldades que tínhamos que enfrentar. O Dr. João Sayad não pôde aceitar. Em seguida, convidei o Dr. Libar Matos, que tinha sido Secretário Extraordinário do Ceará, do Governador Tasso Jereissati, que também não pôde aceitar. Convidei a Sr<sup>a</sup> Dorothea Werneck, que foi Ministra do Governo Sarney e depois esteve também no Governo Collor. Enfim, convidei uma série de valores: o Dr. Viváqua, que foi Diretor da Vale do Rio Doce; convidei também o ex-Presidente da Vale do Rio Doce. Eu estava procurando de todas as maneiras, ainda que não fossem maranhense, secretários que pudessem me ajudar na realização dessa grande tarefa, que era a retomada de um processo de crescimento no Estado.

Graças a tudo isso, foi possível fazer, primeiro, com que a Polícia, que era a pior do Brasil, pudesse transformar-se numa das melhores polícias deste País. Para isso, tivemos que expulsar 5% de todo o contingente da polícia. Pusemos fora dos quadros da Polícia, expulsos por desonra, em muitos casos, os bandidos que existiam na Polícia. O banco, que saíra de uma intervenção, e porque o Governador não pede empréstimos ao banco para amigos, nem coisa dessa natureza, transformou-se no melhor banco estatal brasileiro, o de maior lucratividade e o de melhor desempenho. Refiro-me ao Banco do Estado do Maranhão.

O DETRAN, que estava submetido àquela crise, a que me referi ainda há pouco, com os tais fiéis depositários, que constituíam um escândalo no Estado, transformou-se no melhor Departamento de Trânsito do Brasil, a tal ponto, que acabamos de lançar a nova carteira de habilitação. O único Estado brasileiro que teve condições de fazê-lo foi o Maranhão, exatamente porque possui o melhor Departamento de Trânsito e o melhor serviço de Informática.

O Departamento de Informática, que se chamava CETEMA e hoje se chama PRODAMAR, era o pior do Brasil e transformou-se no melhor do Brasil. E, assim, fomos promovendo essa revolução que eu imaginara no começo.

Estou fazendo essa digressão para chegar ao problema do Orçamento em seguida.

No setor de Saúde, restauramos os 35 hospitais que o Estado possuía; estavam todos fechados e pusemo-los a funcionar, em benefício da sociedade. Fizemos cair de 140 mortes de crianças que nasciam, por cada grupo de 1.000, para 80, através de uma ação rigorosa da Secretaria de Saúde, sobretudo no setor da vacinação.

Na Educação, promovemos também uma outra revolução: dobramos o número de matrículas escolares em apenas dois anos e meio.

Encontramos o Estado com 1.200 quilômetros de asfalto, construídos ao longo de toda a sua história. Eu sozinho, em dois anos e meio, com os recursos exclusivamente do Estado, construí 700 quilômetros de estradas asfaltadas, de muito boa qualidade, as melhores do País, e as de custo mais baixo do Brasil.

Esse foi o Governo que procuramos realizar. Mas, como eu sabia que não mais contávamos com recursos externos e não contávamos com internos, por empréstimos, tive que lutar nessas duas frentes. A primeira delas foi a reorganização da receita estadual, e a segunda, busca de recursos do Governo Federal, através do



08/01/94



Orçamento, para nos ajudar nessa luta de recomposição da fisionomia econômica do Estado.

O que fiz em primeiro lugar: preparamos um formulário; contitui um grupo de trabalho e mandei para a Assembléia Legislativa - já agora estou entrando na parte do Orçamento -, pedindo que os Deputados Estaduais, que conhecem profundamente o interior do Estado, manifestassem as suas prioridades com o conhecimento que têm do interior e que ouvissem os prefeitos. Graças a esse trabalho, estabelecemos essa ficha; em cada ficha há o nome do Deputado Estadual. Esse aqui: René Alves Soares. Então, ele vai discriminando aqui o que ele acha que deve ser feito no interior do Estado. Isso foi um trabalho ingente, bem-feito, em que os Deputados foram ouvidos e muitos prefeitos também. Depois desse trabalho, constituímos um documento e procurei, pessoalmente, os Ministros de Estado e os Relatores da Comissão Mista de Orçamento. Procurei o Sr. João Alves; procurei o Deputado Ricardo Fiúza, e procurei o Senador Mansueto de Lavor. A todos pedia que nos ajudasse. E aos Ministros encaminhei todas as nossas propostas, por um lado, desejando ardentemente que os Ministros colocassem no próprio Orçamento, na sua proposta a ser enviada ao Congresso Nacional, recursos destinados ao Estado do Maranhão. E eu explicava que o Estado vivia esse drama de não ter recursos. E, por outro lado, trabalhávamos junto ao Relator e junto à nossa bancada federal, para que nos auxiliasse nisso.

Formulou-se um questionário padrão que pudesse refletir os principais indicadores de mensuração e priorização das ações, definindo-se, principalmente, os reais benefícios diretos e indiretos das intervenções, dentro de interesses das comunidades. De posse do questionário, acionou-se a Assembléia Legislativa do Estado, como disse. E através dos Deputados Estaduais, os questionários chegaram às prefeituras, onde as intervenções mais representativas foram devidamente definidas, a partir das aspirações dos municípios. As intervenções propostas pelos municípios foram triadas e classificadas com a participação da Assembléia e consolidadas, através do documento, o recurso a solicitar no Orçamento Geral da União, de 91 para 92, que condensou as propostas, segundo o seu objeto, dentro das esferas de ação institucional.

O documento acima citado contém as fichas técnicas das proposições, identificando: objeto: programa: município; microrregião: tipo de intervenção: situação física atual; responsabilidade institucional; entidade executiva; situação dos projetos necessários; população direta ou indiretamente beneficiada; principais dimensões da obra; resumo do impedimento; justificativas técnicas objetivas; programa de recursos enquadráveis; existência de recursos solicitados em outras fontes; benefícios complementares; recursos necessários anualmente, até 1994; grau de prioridades regionais; grau de prioridades estadual; Deputado Estadual responsável pela proposição e dados de acompanhamento.

As fichas técnicas foram agrupadas segundo os seus programas específicos, abrangendo: abastecimento; ação social; administração; agricultura; educação; eletrificação; esporte e lazer; estudos e projetos; habitação; infra-estrutura; proteção ambiental; reforma agrária; saúde; saneamento; transporte; turismo e urbanização.

Na seqüência, dentro da pertinência de cada programa específico, encaminharam-se aos diversos Ministérios solicitação fundamentada de inclusão na proposta do Executivo ao Orçamento de 92 das intervenções formalizadas no documento referido no item 3 anterior. A partir de então, o Governo do Estado passou a aguardar inclusão de parte de suas proposições no Projeto de Lei Orçamentária da União. O que, de maneira geral, não se concretizou satisfatoriamente.

Tomando-se como base as fichas técnicas das proposições levantadas junto ao municípios do Estado, a cada ano, a partir de então, na época de formulação da



08/01/94

proposta do exercício do Executivo, do EGU, o Governo do Estado envia aos Ministérios pertinentes solicitações fundamentadas de inclusão de seus programas prioritários, fornecendo as informações técnicas necessárias para que os Deputados Federais e Senadores possam, na ocasião oportuna, elaborar as suas correspondentes emendas ao Orçamento, visando, por uma lado, tentar garantir a alocação de recursos financeiros imprescindíveis ao desenvolvimento do Maranhão; e, por outro, impedir que eventuais interesses alheios aos objetivos do Estado possam interferir na formulação de emendas que não se coadunem com as reais prioridades do Estado.

Emendas ao Orçamento de 93: no Orçamento para o Exercício financeiro de 93, foram apresentadas pelos parlamentares do Maranhão 489 emendas, representando o montante de 11 bilhões de cruzeiros, num total de aproximadamente 202 milhões de dólares.

Até o presente momento, foram liberados pelo Governo Federal recursos referentes a emendas, verbas previstas pelo Executivo, além de dotações orçamentárias, num montante quase que irrisório. Esse número é ainda mais inexpressivo se compararmos com o total fixado para os investimentos pela União, em 93. Ao comparar-se o volume de recursos liberados com a despesa total fixada no Orçamento Geral da União, chega-se a um percentual da ordem de 0,0027%.

Outro indicador de como o Maranhão tem sido penalizado brutalmente pelos cortes orçamentários do Governo Federal no repasse de recursos do EGU está expresso nas quantidades de emendas incluídas no Orçamento e efetivamente liberadas. Das 489 emendas apresentadas e consideradas atendidas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, apenas 21 foram efetivamente atendidas, muitas delas parcialmente. Em termos simplesmente quantitativos, isso representa 4% do total de emendas apresentadas.

Aqui eu tenho o total de cada emenda de cada parlamentar, com o nome do parlamentar e o valor que ele apresentou. Gráficos sobre o assunto.

O Orçamento para o Exercício de 1994.

A exemplo dos anos anteriores, o Governo do Estado enviou ofícios aos diversos Ministérios da República, solicitando ao Executivo a inserção de seus programas no Projeto de Lei do Orçamento Geral da União. Após a publicação do PL nº 23, constatou-se que também, a exemplo dos anos anteriores, a destinação de recursos para o Maranhão estava muito aquém das mínimas necessidades. Valeu-se da mesma estratégia de encaminhar fichas técnicas detalhadas dos projetos prioritários definidos, segundo metodologia já abordada no Capítulo 1. O Governo do Estado, através da SINFRA - Secretaria de Infra-Estrutura, procurou fornecer aos parlamentares da Bancada Maranhense subsídios que permitissem que os mesmos apresentassem, em sua maioria, emendas perfeitamente coadunantes com as prioridades definidas pelos municípios e integrados na política de desenvolvimento em recursos do atual Governo.

Quanto obtivemos com esse esforço todo bem feito? Aqui estão os expedientes que mandamos a todos os Ministérios: Alexandre Costa, Ministério da Integração Regional; Ministro Jutahy Magalhães Júnior, Ministério da Ação Social, onde obtivemos recursos também; enfim, todos os Ministérios e os ofícios que encaminhamos a eles.

Apesar de todos esses esforços, qual foi o resultado que obtivemos ao longo de três anos? Apenas, aproximadamente, 16 milhões de dólares. O que denota uma marcação permanente, diria, quase bíblica em relação ao Maranhão, do Governo Federal. Do Governo anterior, Governo Collor, não recebemos praticamente nada e no outro Governo muito pouco; dezesseis milhões de dólares em três anos, para um Estado extremamente carente como é o Estado do Maranhão.



08/01/94

E, apesar de tudo isso, o Governador do Maranhão ingressa no noticiário da imprensa como tendo participado de eventuais irregularidades no Orçamento da União somente porque foi à residência de um Relator, Sr. João Alves, no cumprimento de seu dever. Entendo que se não tivesse procedido como procedi, com todo esse esforço gigantesco que fiz, seria um omissor e um negligente.

Quanto o Estado do Maranhão recebeu por proposta do Relator João Alves? Zero, o Maranhão não recebeu nenhum centavo do Orçamento da República por proposta do Relator João Alves.

Aqui está o quadro real da liberação de recursos: no período de 1991 a 1993, o comportamento da liberação de recursos do Orçamento Geral da União ao Estado do Maranhão tem apresentado resultados pouco expressivos, principalmente em função da ínfima quantidade de recursos referentes a emendas aprovadas e efetivamente liberadas. Em 1991, foram aprovadas no OGU para aquele exercício, um total de 133 emendas, das quais 69 pertinentes à intervenção da esfera estadual. Apenas uma única emenda teve seus recursos liberados naquele ano, representando cerca de meio milhão de dólares. Em 1991, o Estado recebeu apenas meio milhão de dólares do Orçamento da União.

Em 1992, foram aprovadas 374 emendas, das quais cerca de 150 referentes a intervenções diretamente executadas pelo Estado. Foram liberados recursos referentes a apenas 5 emendas, sendo 4 ordinárias e uma do Relator-Geral do Orçamento. Naquele ano, o Estado recebeu, ainda, recursos referente a 9 propostas do Executivo, tendo sido aportados, ao Maranhão, um montante global de 4 milhões e 300 mil dólares americanos, cerca de 0,059% do valor dos investimentos da União previstos para o ano.

Já em 1993, das 489 emendas aprovadas, foram liberados recursos referentes a apenas 21; das quais 3 haviam sido propostas pelo Relator-Geral; 5, pela Bancada do Estado e as outras 13 constituíam emendas prioritárias e ordinárias. Das propostas do Poder Executivo foram liberados recursos referentes a 7 projetos, alguns parcialmente.

O montante dos recursos destinados ao Estado, em 1993, foi de 11 milhões e 600 mil dólares, correspondendo a 0,049% dos recursos destinados a investimentos pela União Federal, naquele ano.

A conclusão óbvia que se obtém com base nos fatos é que o Governo do Maranhão, ao longo dos três últimos anos, não teve do Governo Federal recursos superiores à relação de 1 para cada 2 mil e 32 cruzeiros previstos para investimentos pela União em cada exercício, ou seja, nada, ridículo.

Guardando-se todas as proporcionalidades demográficas e econômicas, não se pode deixar de considerar que o tratamento dado ao Maranhão, dentro da Unidade Federativa, guarda nuances de profunda injustiça e desconsideração, que reúne enormes potenciais de desenvolvimento econômico.

Fora isso, os recursos que temos recebido são os necessários para os momentos de emergência como o do Cólera, que recebemos pequenos recursos, ainda assim com cancelamento de verbas orçamentárias destinadas ao Estado; campanhas de vacinação, onde o Maranhão tem estado na vanguarda, com grande êxito. Graças a essa vacinação, reduzimos a mortalidade, conforme índices a que me referi.

Recentemente, temos recebido alguns recursos para as frentes produtivas de trabalho da seca, são recursos entregues em estado de emergência. Afora estes, o Estado têm recebido os recursos obrigatórios da educação, com algumas suplementações, e os recursos obrigatórios do SUS, também, aqui e acolá, com suplementações como as da vacinação.

Temos aqui um quadro que demonstra a evolução das emendas. Em 1991, 133 emendas aprovadas para o Maranhão: da Bancada do Estado, 20 emendas: do



08/01/94

Relator-Geral, 25; prioritárias e ordinárias, 88. Destas emendas, foram aprovadas um total de 73; medidas liberadas, apenas 1, recursos recebidos pelo Estado.

Em 1992: emendas aprovadas, 374; do Relator-Geral, 2 emendas apenas; prioritárias e ordinárias, 372. Emendas liberadas da Bancada, nenhuma; do Relator-Geral, 1 emenda; prioritárias e ordinárias, como digo, emendas de bancada, coletiva, 4; apenas 5 emendas foram liberadas, num total de 374.

Em 93, foram aprovadas 489 emendas; de bancada, 31; do Relator-Geral, 14; da própria Comissão, 3; prioritárias e ordinárias, 441. Emendas liberadas foram apenas 21; de bancada, 5; do Relator-Geral, 3; prioritárias e ordinárias, 13. Essa é mais ou menos a situação do Estado.

Emendas dos Deputados: do total de 16 milhões de dólares em três anos, 13 milhões e 700 mil dólares; iniciativa do Poder Executivo, 2 milhões e 700 mil dólares; o total é 16 milhões e meio de dólares.

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Klein) - Permita-me interromper, só para um esclarecimento. O número de emendas e esses valores se referem ao Estado do Maranhão como Estado ou ao conjunto dos municípios e ao Estado?

**O SR. EDISON LOBÃO** - Ao Estado como Estado, ao Governo do Estado, não às prefeituras municipais.

Sobre o Orçamento, Srs. Parlamentares, são essas as informações preliminares que eu poderia prestar. Aqui está a documentação: os ofícios encaminhados aos Ministros pedindo que fossem incluídos, na proposta orçamentária, os recursos que solicitávamos e, também, os ofícios solicitando liberação dos recursos previstos já no Orçamento da União Federal.

Coloco-me à disposição de V. Ex<sup>as</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** - Sr. Governador, faço parte da Subcomissão de Bancos. Fizemos com todos aqueles que foram citados, sem nenhuma razão específica, o que não implica culpabilidade, a quebra de sigilo bancário, em que foram feitos levantamentos das contas bancárias nos últimos 5 anos.

Em primeiro lugar, V. Ex<sup>a</sup> confirma que suas contas estão exclusivamente nestes bancos: Banco Francês e Brasileiro, Banco Itaú, Banco de Brasília, em duas agências. Essas duas agências são de Brasília?

**O SR. EDISON LOBÃO** - São todas as duas de Brasília.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** - Banco do Estado do Maranhão, também com duas contas, agências 00040 e 0017; Banco do Brasil e Banco de Crédito Real. Existe mais alguma conta?

**O SR. EDISON LOBÃO** - Que eu me lembre, não.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** - Temos um levantamento, que não é completo, com todas as dúvidas apresentadas aqui, que mostra um demonstrativo sintético anual que V. Ex<sup>a</sup> teve, nesses cinco anos, uma movimentação de 1 milhão, 141 mil e 970 dólares. Em 93 há uma queda muito acentuada - não sei bem qual a razão. Isso seria um movimento normal, pelos proventos que V. Ex<sup>a</sup> deve receber. Não sei se, além dos proventos de parlamentar, anteriormente, e de Governador, hoje, tem outro tipo de receita.

V. Ex<sup>a</sup> possui um outro tipo de receita?

**O SR. EDISON LOBÃO** - Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> concluísse.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** - Em 1989 V. Ex<sup>a</sup> era Parlamentar e teve, só nesse ano, uma movimentação de 641 mil dólares. Pelo demonstrativo, mês a mês, vemos que há uma diferença muito intensa da média anual, porque nos outros anos a média era de 139 mil, 155 mil, 146 e, em 93, baixa para 58 mil. Então, gostaríamos de



08/01/94

saber quais as razões para essa baixa. Pediríamos que V. Ex<sup>a</sup> nos esclarecesse a razão para essa diferença de movimentação bancária no ano de 1989. Reconhece V. Ex<sup>a</sup> que não podemos fazer o levantamento dessa movimentação. Para evitar termos que fazer esse levantamento, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup>, inicialmente, nos desse a razão dessa diferença de movimentação bancária no ano de 1989.

**O SR. EDISON LOBÃO** - Senador, em primeiro lugar, o fato determinado da Comissão Parlamentar de Inquérito - e fui membro de tantas Comissões - é o Orçamento da União. Portanto, penso que nada tem a ver com essas questões de contas bancárias e outras semelhantes. O Presidente da CPI, quando me encaminhou seu expediente, convidando-me para prestar esclarecimentos, foi enfático ao estabelecer os limites da ação da Subcomissão no que diz respeito ao Orçamento da União. Portanto, devo-me ater ao problema do Orçamento da União. Isso por um lado.

Por outro lado, eu não tive acesso a essas informações para poder estudá-las e respondê-las com segurança. Ainda mais, recentemente fui informado pelo próprio Governador João Alves, que, de alguma maneira, tomou conhecimento de informações a respeito de suas contas, pôde verificá-las - o que eu não pude fazer, porque não tomei conhecimento - e ele pôde examinar esses extratos e demonstrou que havia um erro enorme nos cálculos feitos pela subcomissão, onde aparecia um milhão e poucos mil dólares. Esse um milhão não existia. Quer dizer, houve um equívoco na assessoria da Comissão de Bancos quando elevou esse saldo bancário do Governador João Alves, ou algo do gênero.

Eu, se tivesse tido acesso a essa documentação, teria feito uma análise e, quem sabe, encontraria alguns defeitos. Não estou dizendo que haja defeito, poderia eventualmente haver alguns defeitos.

Por outro lado, as minhas contas bancárias correspondem aos subsídios que recebi como parlamentar, à movimentação de ações na bolsa de valores - com as quais trabalhei durante muito tempo -, aplicações, vendas de imóveis, enfim, eu não saberia dizer a razão disso hoje. Mas não quero entrar na intimidade do problema por essa razão. Quero ater-me às questões orçamentárias, segundo a Constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito e às recomendações do próprio Presidente da Comissão. E basicamente por esse fato de não ter tido conhecimento prévio, não tenho, portanto, segurança para dar uma resposta a estas questões.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** - É um direito de V. Ex<sup>a</sup> não desejar dar qualquer informação a essa questão. Embora na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito nós estejamos fazendo um levantamento dos últimos cinco anos para todas as pessoas citadas, porque pode ser que exista, através das contas, através das informações obtidas, essa complementação de que há qualquer coisa com o Orçamento.

Não é o caso de V. Ex<sup>a</sup>, e acredito piamente. Por esta razão, havendo essa diferença de quase quatro vezes a mais, penso que V. Ex<sup>a</sup> poderia, se fosse o caso - mas, pelo que vejo, talvez não seja - dizer: "Eu vendi um imóvel próprio naquele ano, por isso há uma diferença muito grande. Eu vendi uma fazenda, vendi isso ou vendi aquilo."

Mas se V. Ex<sup>a</sup> não se lembra, não deseja dar a informação, é um direito de V. Ex<sup>a</sup>. Eu francamente lamento que V. Ex<sup>a</sup> não queira dar essas informações.

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Klein) - Senador Jutahy Magalhães, eu o interrompo para lembrar ao Governador que, concluídos os trabalhos, segundo combinamos ontem, eu transmitiria à imprensa - e transmitirei com absoluta fidelidade - aquilo que está sendo dito aqui. Nós somos homens públicos e sabemos das repercussões. E vou lhe confessar que terei dificuldade em contar que V. Ex<sup>a</sup> começou dizendo que não responderia à pergunta porque não é objeto da CPI. Porque eu sei que esta será a manchete de amanhã.



08/01/94

Até sugeriria - nós temos uma Subcomissão de Bancos através da qual V. Ex<sup>a</sup> pode tomar conhecimento de números, valores e dados - que V. Ex<sup>a</sup> procurasse depois inclusive dar essa explicação. Mas é um direito de V. Ex<sup>a</sup>, se não quiser, não responder. Agora, eu terei que dizer, quando transmitir, que V. Ex<sup>a</sup> começou argumentando que a questão da movimentação bancária não é objeto da CPI e os outros depoentes todos têm respondido a respeito disso. Mas é um direito de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDISON LOBÃO** - Sim, Excelência. Correto como é V. Ex<sup>a</sup>, ao longo da sua vida, sei que V. Ex<sup>a</sup> dirá isso e certamente dirá também sobre as demais explicações que apresentei, ou seja, de que não fui informado previamente. Trata-se de 1989 e, neste ano, eu inclusive não estava no governo. Isso pode ter sido um equívoco da Comissão, pode decorrer de aplicações que se fez dos recursos ao longo desse tempo, pode decorrer de venda de ações. Enfim, eu estaria em condições de dar uma informação se tivesse recebido as informações previamente. Como não as recebi, não tenho condições de dizer. Não se trata de pura e simplesmente sonegar a informação.

Agora, como a informação é objetiva, posso dizer a V. Ex<sup>a</sup> que todos os meus saldos bancários estão comunicados anualmente à Receita Federal. Sei que V. Ex<sup>a</sup> me informa que foi feita uma quebra de sigilo bancário - aliás, o Senador Jutahy Magalhães - que é uma coisa desusada no Brasil. Isso se fez, eu me lembro, com a Comissão Parlamentar de Inquérito do IBAD e foi uma luta enorme para que a Comissão pudesse fazer a quebra de sigilo bancário naquela ocasião. Hoje, com a maior facilidade...

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** - Essa é posterior a 1988, à Constituição.

**O SR. EDISON LOBÃO** - ... suspende-se o sigilo bancário de todas as pessoas, inclusive das suas famílias. No caso, suspenderam o sigilo bancário da minha mulher e dos meus filhos, pediram as informações patrimoniais minhas, da minha mulher, dos meus filhos, da minha mãe e do meu pai, que faleceu há 30 anos. Até isso se fez. Entim, acho que a Comissão conhece melhor a minha vida do que eu próprio, porque a Comissão possui informações que nem eu possuo.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** - Nobre Deputado Odacir Klein, que está presidindo nossa reunião, estão aqui as informações da Comissão de Bancos e todas são relacionadas a contas bancárias. Então, a resposta será idêntica para qualquer pergunta que eu venha a fazer. Eu teria aqui também perguntas sobre outras comissões, mas como estão aqui representantes de outras subcomissões, de Patrimônio e de Emendas, aguardarei que façam as indagações e, se achar conveniente, posteriormente farei também qualquer complementação.

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Klein) - Tem a palavra o Senador Pedro Teixeira.

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** - Sr. Governador, tendo em vista as conceituações emitidas pelo nobre Senador Jutahy Magalhães, também quero aditar as minhas, para justificar o meu procedimento que se segue.

Realmente, as comissões têm extrapolado um pouco no exame incisivo sobre as questões das emendas e fazem análises sobre outros ângulos decorrentes do patrimônio, da quebra de sigilo bancário, para formar juízo de valores. Avaliam-se as questões dos parlamentares, e, aí, o juízo de valores é da competência da CPI, a quem cabe analisar, por exemplo, sobre a falta de ética, falta de decoro. No caso dos Governadores, não será da nossa competência porque já está delineado que, caso ocorra, é das Assembléias Legislativas de cada Estado, em respeito aos princípios federativos. Daí por que talvez seja a circunstância diferente, porque se visa, junto aos parlamentares, apurar e fazer juízo de valores. O próprio Relator está anunciando a possibilidade de graduações de penalidades. Então, existe o juízo de valores. No caso de Governadores, penso que não compete à CPI e aos parlamentares federais fazer juízo



08/01/94



de valores, que pode decorrer exatamente dos exames ou bancários ou de patrimônios. Não é o caso da questão estritamente ligada ao Orçamento. Eu, por exemplo, estou na Comissão de Patrimônio e Fiscal, de onde, na verdade, tecnicamente me foram fornecidas as perguntas que deveria formular. Elas são retiradas das declarações de bens de V. Ex<sup>a</sup>. Então, na verdade, o que se vai perguntar? O que eu deveria perguntar não vou deixar de perguntar. Só que vou encaminhá-la por escrito para que V. Ex<sup>a</sup>, assim o desejando, possa explicar à Comissão, se achar por bem, ou aos órgãos fiscais competentes, se achar melhor. De qualquer forma, é meu dever trazê-las porque foram preparadas pelos técnicos. Verifico que são questões relativamente simplórias referentes a terrenos, a lotes, que constam ou não num ano, por que constam ou deixam de constar, o que, na verdade, é um assunto extraorçamentário.

Busca-se o que com isso? Buscam-se, nesses exames, indícios de que poderia estar havendo uma subtração de valores, enriquecimento ilícito, para dizer que houve escamoteação de subfaturamento e coisas do gênero.

No caso vertente, verifico que as perguntas que me foram formuladas pela assessoria técnica da Comissão a que pertencço são exatamente no sentido de saber por que consta ou deixa de constar determinado lote, por que saiu, por que não saiu. Para mim, está caracterizado como podendo ser omissão, ou imperfeição fiscal ou coisa do gênero, ou até erro de contador. Ontem, o nobre Deputado Luiz Salomão aconselhou ao Ministro Alexandre Costa que trocasse de contador porque ele estava fazendo o seu imposto de renda na suposição de que estava fazendo certo.

Então, vou me abster de formular verbalmente as quatro primeiras perguntas, mas vou passá-las ao Sr. Governador, solicitando que retire uma cópia e passe à Mesa da Presidência, para que veja exatamente as imperfeições alegadas pelos técnicos com referência às declarações de imposto de renda de V. Ex<sup>a</sup>. Salvo se V. Ex<sup>a</sup> quiser, agora, dizer alguma coisa. Talvez V. Ex<sup>a</sup> prefira realmente ficar circunscrito a esse ponto de vista e apresentar as informações depois.

Superada essa fase, resta-me uma pergunta que acho que está estritamente ligada à questão orçamentária e vou formulá-la para V. Ex<sup>a</sup>.

Pelo Convênio nº 18/92, assinado em 5 de outubro de 1992, firmado por V. Ex<sup>a</sup> entre a Secretaria do Desenvolvimento Regional, através da SUDAM, e o Governo do Estado do Maranhão, foram transferidos recursos para a execução e realização do projeto de ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Barra do Corda, no valor de 649 mil, 272 dólares. Como V. Ex<sup>a</sup> pode explicar o ofício de priorização de recursos dirigidos ao Ministro do Bem-Estar Social, em 28/05/93, para o mesmo projeto?

**O SR. EDISON LOBÃO** - Em Barra do Corda foi iniciado um trabalho de ampliação do sistema de abastecimento d'água, ainda no Governo anterior. Trata-se de uma obra de elevado custo, que foi deixada sem conclusão, tendo sido realizado menos da metade do projeto. Esses pouco mais de 600 mil dólares foram recebidos e aplicados, sendo absolutamente insuficientes para a conclusão da obra; daí ter o Governo do Estado solicitado mais recursos, que não recebeu e pelos quais estamos lutando, os quais serão ainda insuficientes, esses a que diz respeito o ofício de priorização. Necessitamos de milhões de dólares a mais para a conclusão dessa obra em Barra do Corda.

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** - Parece-me que, assim, V. Ex<sup>a</sup> responde o que seria o segundo tópico, qual seja: nos documentos apreendidos na Construtora ODEBRECHT, há um expediente do Governo do Maranhão, datado de 14/07/93, uma solicitação no Orçamento de 1994, para o mesmo projeto. Então, V. Ex<sup>a</sup> explica exatamente a insuficiência e daí o que foi requerido. Por que estaria isso lá na Construtora ODEBRECHT?



08/01/94



**O SR. EDISON LOBÃO** - Não tenho o menor conhecimento desse assunto dentro da ODEBRECHT, a não ser o fato de que foi a empresa que, antes do meu Governo, iniciou essa obra, por ter ganho a licitação, e com ela prosseguiu também no meu Governo.

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** - É só, Sr. Presidente. As outras quatro perguntas solicitaria que, não tendo sido respondidas, não fossem divulgadas, porque foram feitas no sentido de que S. Ex<sup>a</sup> as respondesse pelo melhor caminho que desejasse.

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Klein) - Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pavão.

**O SR. PEDRO PAVÃO** - Governador, estou constrangido, confesso a V. Ex<sup>a</sup>. Lamento muito ter que estar aqui em uma função como esta, mas o dever nos obriga. Foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para se apurar irregularidades na Comissão de Orçamento. Naturalmente talvez nem V. Ex<sup>a</sup> saiba explicar como e por que, mas eu lhe faria a pergunta: que opinião foi criada pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos ao denunciá-lo como tendo conhecimento ou participação, ou como estando envolvido, direta ou indiretamente, no objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito?

**O SR. EDISON LOBÃO** - Deputado Pedro Pavão, conheço a opinião do Sr. José Carlos Alves dos Santos pelo que li na revista *Veja* e o pelo que disse S. S<sup>a</sup>. Perguntado se outras pessoas, se outras autoridades foram vistas por ele na residência do Relator, S. S<sup>a</sup> teria respondido que havia visto lá também os Governadores tais e tais. Nada mais foi dito a não ser isto, ou seja, o fato de ter visto. Realmente estive lá, como estiveram lá tantos outros Governadores, tantos Ministros, tantas autoridades, fazendo o quê? Cumprindo com seu dever. Nem mais, nem menos. É aquilo que disse ainda há pouco: eu seria um omisso, como Governador de Estado, se não lutasse para obter recursos da União - e esse é um dos caminhos - para as necessidades tão profundas do povo pobre do Estado do Maranhão.

**O SR. PEDRO PAVÃO** - Nessa sua ida à casa de João Alves, o Sr. José Carlos Alves dos Santos também lá se encontrava?

**O SR. EDISON LOBÃO** - Também lá se encontrava.

**O SR. PEDRO PAVÃO** - Depois, puxando o fio da meada, se caracterizou um envolvimento entre os Deputados João Alves, Cid Carvalho, bem como de outros Parlamentares, no sentido de que existia - pelo menos a denúncia era de um esquema -, segundo alguns Parlamentares, uma máfia dentro da Comissão de Orçamento. Nessa sua ida lá, V. Ex<sup>a</sup> pode dizer que isso se caracterizou? V. Ex<sup>a</sup> pôde sentir alguma coisa?

**O SR. EDISON LOBÃO** - Não pude sentir absolutamente nada.

**O SR. PEDRO PAVÃO** - Vamos admitir que não tenha contribuído essa máfia para com os Estados, mas e entre esses Parlamentares que manipulavam a Comissão de Orçamento?

**O SR. EDISON LOBÃO** - Deputado Pedro Pavão, infelizmente, não posso dar nenhuma opinião sobre o assunto. Restrinjo-me ao que fui fazer lá, ou seja, solicitar a que nos ajudasse com a aprovação das emendas dos Parlamentares do Estado do Maranhão e que, na medida em que pudesse, ajudasse o Governo do Estado a obter os recursos de que tanto necessitava. Não pude observar nenhuma movimentação estranha na residência dele, até porque não encontrei ninguém mais lá a não ser o Sr. José Carlos Alves dos Santos.

**O SR. PEDRO PAVÃO** - Governador, naturalmente, para caracterizar - e até para inocentá-lo, é lógico -, a Subcomissão. A Subcomissão de Bancos já tem um relatório pronto. A Subcomissão de Patrimônio e Assunto Fiscal também já tem um relatório pronto, de que será dado conhecimento ao público após o Relator confeccioná-



lo. Esses documentos que tenho aqui - e que o Senador Pedro Teixeira também encaminhou ao senhor... Enfim o trabalho de todas as Subcomissões, por meio dos relatórios, será de conhecimento público; é muito natural.

A pergunta que estamos fazendo aqui e que vou ter a liberdade de fazer é própria para que o senhor se defenda. Só há uma maneira de atingirmos o nosso objetivo. É por meio das Subcomissões de Bancos e de Patrimônio, ou seja, além da expectativa de ganho, os investimentos; além da expectativa de ganho, a movimentação bancária. Só temos esse artifício, só temos essa maneira de proceder e fazer com que o Relator possa efetivamente fazer um relatório. Como esse relatório ainda demanda um tempo e isso aqui já é fruto de um relatório da Subcomissão, portanto, se não fizer a pergunta, estarei prejudicando o senhor. Existe aqui uma das perguntas que envolve o seu filho Edison Lobão Filho na participação de sete empresas, de duas salas e de escritório em Brasília, uma loja no **Shopping**, um terreno, duas garagens e tudo mais. Naturalmente, o senhor está tendo conhecimento disso apenas agora, mas é importante que eu passe às suas mãos e que o senhor providencie, o mais rápido possível, um acerto. Não sei qual o procedimento, mas existe um contador - é necessário que seja uma pessoa especializada no assunto -, para que justifique isso, que já é fruto de um sub-relatório.

A outra pergunta, aqui na seqüência, é se o senhor poderia explicar o fato de que o Edison Lobão Filho receber três salários, que seriam do CETEMA, da SEMAR e do Governo do Estado do Maranhão. Isso apenas para ficar caracterizado.

Como se explicaria o ofício priorizando os recursos... Essa pergunta já foi feita a respeito da Construtora ODEBRECHT.

**O SR. EDISON LOBÃO** - Não quero que fique a impressão de que está havendo uma acumulação de cargos. Meu filho é meu secretário particular, portanto, não é do Governo. Ele é conselheiro da SEMAR e conselheiro do CETEMA. Esse é um procedimento que se usa muito no Estado. Ele recebe, como conselheiro de um, um **jeton** e, como conselheiro de outro, outro **jeton**, além do salário de Secretário de Estado, de secretário particular.

**O SR. PEDRO PAVÃO** - É que, no ano base de 1989, a declaração dele era de poucos bens; já em 1992, declara todos esses imóveis que citei. Portanto, de 1989 a 1992, ele teria de ter um ganho que pudesse dar-lhe pleno direito de aquisição desses imóveis.

**O SR. EDISON LOBÃO** - Veja V. Ex<sup>a</sup>: se está na declaração dele de bens, então está perfeitamente explicado dentro da declaração dele de bens.

**O SR. PEDRO PAVÃO** - Uma outra explicação, qual seja, a da doação de 116 mil UFIRs a dois filhos em 1992, quando os rendimentos, naturalmente declarados no seu Imposto de Renda, atingem a 152.580 UFIRs...

**O SR. EDISON LOBÃO** - Portanto, rendimentos superiores ao que foi doado.

**O SR. PEDRO PAVÃO** - Pouco mais.

**O SR. EDISON LOBÃO** - Pois é; situação perfeitamente compatível.

**O SR. PEDRO PAVÃO** - Há uma outra aqui também que está declarada, quer dizer, se está declarada, está xerocada tudo mais a respeito da movimentação da compra de ouro. Isso também será de conhecimento público. É importante que o senhor possa... Consta da Subcomissão de Patrimônio e Assunto Fiscal que o Governador, em 21/11/89, comprou 749 gramas de ouro e não declarou ao Fisco. Esse é um problema fiscal, também importante, porque já está no sub-relatório. Essa relação foi subtraída hoje de manhã, ou essa madrugada, para que pudéssemos vir aqui cumprir o nosso dever, naturalmente dentro daquilo que o senhor possa contribuir com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que já é de conhecimento público nacional e já extrapolou, porque se teve a coragem... Está certo que por meio de uma denúncia que até hoje não



está bem caracterizada, mas pelo aprofundamento da CPI, por aqueles fatos já de conhecimento público, também, caracterizando o envolvimento de alguns Parlamentares, é importante a contribuição do Governador.

Muito obrigado, Sr. Governador Edison Lobão. Era apenas isso.

**O SR. IRAM SARAIVA** - Pois bem. Governador Edison Lobão, não me sinto nada confortável, primeiro, porque somos colegas, um relacionamento que eu diria que extrapola até a nossa condição de colegas, porque foi uma amizade, realmente, que fizemos no Senado. Não desejaria nunca estar aqui como seu inquiridor. Na realidade, vou ser apenas um interlocutor de uma subcomissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Klein) - Há perguntas que, inclusive, passei a V. Ex<sup>a</sup>, não desejando perguntar como Coordenador da Subcomissão.

**O SR. IRAM SARAIVA** - Entenda, então, que a voz é do seu amigo, as perguntas não.

Quero dizer que sou membro da Subcomissão de Subvenções, e, até agora, nessa subcomissão, não há nada em relação ao Governador Edison Lobão.

No entanto, perguntaria ao ex-Senador, ao Governador, que tem acompanhado atentamente essas questões ligadas ao Orçamento, se tem conhecimento, se deseja comentar alguns desses desvios que possam ter acontecido, não só no Maranhão, mas a nível nacional; até porque, no relatório final, estaremos trabalhando no que diz respeito à mudança total do Orçamento. Fala-se, inclusive, em se extinguir a Comissão de Orçamento. Enfim, queremos achar subsídios, e a sua larga experiência leva-nos a curvar perante V. Ex<sup>a</sup> e pedir até informações no que diz respeito às dotações orçamentárias de subvenções.

V. Ex<sup>a</sup> acha que a forma com que vinha sendo feita, até aqui, era correta?

**O SR. EDISON LOBÃO** - Sr. Senador, desde logo, permita-me dizer-lhe que é uma grande honra para mim ser seu amigo, tê-lo como amigo. Sempre fomos realmente amigos, como todos os Parlamentares que estão aqui. Tenho essa alegria de dizer que sempre tivemos uma boa convivência. O Deputado Pedro Pavão eu não conhecia pessoalmente, apenas de nome e sei tratar-se de uma pessoa digna, decente, correta.

Pergunta-me objetivamente V. Ex<sup>a</sup>, com a experiência que eu possa ter acumulado ao longo desses anos, sobre o desenvolvimento da Comissão de Orçamento.

Recordo-me de que, em dado momento do período chamado revolucionário, entenderam os Líderes revolucionários que a Comissão de Orçamento, que naquela época funcionava separadamente, na Câmara e no Senado, não poderia prosseguir com aquele sistema que adotava, em que os parlamentares alteravam profundamente o Orçamento, deformando-o, sem que sequer pudessem obrigar o Executivo a liberar tais recursos.

A Lei do Orçamento era meramente autorizativa - a Lei do Orçamento não é impositiva - e, por conseqüência, havia um esforço gigantesco dos parlamentares no sentido de aprovar dotações orçamentárias para seus estados e municípios, sem que o Governo Federal tivesse a obrigação de entregar esses recursos às autoridades dos estados e dos municípios.

Por conta disso, o Governo Federal, naquela época, resolveu, por medida de arbítrio, estabelecer que o Orçamento não poderia ser mais alterado livremente pelos parlamentares.

O Congresso viveu esse período até a Constituição de 1988.

A partir de 1988, foram retomados os procedimentos antigos, em que o Congresso Nacional intervém profundamente na formulação do Orçamento.

Recordo-me, Deputado Odacir Klein, de que, ainda no período revolucionário, o Líder do Governo, Deputado Raimundo Padilha, que certamente foi



08/01/94



conhecido do Senador Jutahy Magalhães, concebeu, àquela época, uma fórmula que ajudaria a resolver a situação dos parlamentares, que não interfeririam mais no Orçamento. Era a criação da chamada Comissão do Plano.

A Comissão do Plano consistia, segundo a sua concepção, em que funcionasse no Ministério da Fazenda, com a presença de representantes das lideranças partidárias. Este Orçamento seria, então, formulado no Poder Executivo, com a participação de parlamentares indicados pelo Congresso Nacional. Não prosperou a idéia; voltou-se, então, ao sistema anterior.

Confesso que - com a minha experiência de parlamentar, antigamente e agora de Governador do Poder Executivo -, na verdade, o Congresso Nacional, a Assembléia Legislativa e a Câmara de Vereadores, muitas vezes, alteram profundamente o Orçamento, tumultuando a ação administrativa do Governo.

O Governo estuda um planejamento, e o Congresso Nacional - no caso do estado, a Assembléia Legislativa -, muitas vezes, sem acompanhar esses estudos, resolve alterar o Orçamento e provocar uma mudança de rumo na ação administrativa.

Pergunta-me V. Ex<sup>a</sup> se, com a minha experiência, eu manteria essa situação atual ou proporia a sua preservação. Eu diria que não. É preciso haver uma reformulação - o mundo muda, tudo muda - dos procedimentos da Comissão do Orçamento, inclusive no que diz respeito ao poder imenso que têm os Relatores.

Se não for feito assim, o Orçamento continuará sendo uma peça que não corresponde às intenções do Poder Executivo, sequer às intenções do Parlamento, e ainda abrirá um campo amplo, uma avenida larga para as distorções a que deploravelmente estamos assistindo.

**O SR. IRAM SARAIVA** - Quanto à parte específica das subvenções sociais, sabemos que são elas um dos ralos de maior gravidade no Orçamento. V. Ex<sup>a</sup> acha que ainda deveríamos manter esse tipo de linha no Orçamento, ou deveríamos extingui-lo ou modificá-lo? Enfim, o que pensa V. Ex<sup>a</sup> sobre isso?

**O SR. EDISON LOBÃO** - Senador Iram Saraiva, hoje são tantas as instituições chamadas sociais no Brasil, que eu diria que são dezenas de milhares. Muitas delas - sabemos de ciência própria - são constituídas apenas com o objetivo de receber mais facilmente recursos do Orçamento da República.

Diria que essas instituições, muitas delas criadas, fundadas com excelente proposta, acabam apenas servindo de motivação para as outras que não têm nenhum propósito ou possuem apenas propósitos negativos.

Se dependesse de mim, se tivesse em mim a capacidade de decidir sobre isso, eu promoveria uma alteração profunda, extinguindo essas entidades por meio de uma lei ou impedindo que recursos do Orçamento da União fossem transferidos a elas.

**O SR. IRAM SARAIVA** - Muito obrigado, Governador.

Tenho aqui, agora, aquelas perguntas que me vêm à boca como fel, mas vou ser só o interlocutor.

É sabido que o Prefeito de Buriti-Bravo, Wellington de Jesus Fonseca Coelho é cunhado de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> confirma?

**O SR. EDISON LOBÃO** - Não.

**O SR. IRAM SARAIVA** - Então, já veio uma informação errada. Mas vou ainda continuar, segundo o que esta CPI me apresenta.

Considerando que o mesmo desviou todos os recursos de convênios formados em 1983 a 1988 e agora, retornando à gestão do município, a partir de 1º/01/93, voltou a malversar recursos, conforme relato em sessão do TCU, de 23/06/93. A pergunta encaminhada pela Assessoria Técnica é a seguinte: considerando que, naquela determinação publicada pelo DOU, de 21.07.93, o TCU decidiu comunicar a V. Ex<sup>a</sup> a respeito de desvios de volumosos recursos, que apresenta na lista, qual a

240



08/01/94

providência tomada por V. Ex<sup>a</sup> como autoridade maior do Estado? Ressalvo que V. Ex<sup>a</sup> já colocou claramente que o Sr. Wellington não é seu cunhado, conforme a informação que me é passada.

**O SR. EDISON LOBÃO** - Vejo que se trata de recursos da União.

Realmente, o Sr. Wellington não é meu cunhado; segundo, recebi, de fato, do Tribunal de Contas da União um documento, um ofício, fazendo referências a recursos da União que haviam sido, segundo o Tribunal de Contas, desviados ou que não foram suficientemente explicados.

Imediatamente, encaminhei essa documentação ao Prefeito Wellington, para que ele diligenciasse as suas explicações junto ao Tribunal de Contas. A notícia que tenho é a de que S. Ex<sup>a</sup> já o fez diretamente, por intermédio de seus advogados e contadores etc.

**O SR. IRAM SARAIVA** - Governador, pelo Convênio 34, assinado em 31/12/91, entre a Secretaria de Desenvolvimento Regional, através da SUDAM, e o Governo do Estado do Maranhão, foram transferidos recursos para a total execução e realização do projeto de ampliação do sistema de abastecimento de água do município de Açailândia.

A pergunta dos técnicos é a seguinte: como V. Ex<sup>a</sup> explica que, nos documentos apreendidos na Construtora ODEBRECHT, de 1º/09/92 e de 14/07/93, estiveram previstas emendas para o Orçamento de 1993/1994 para esse mesmo projeto?

**O SR. EDISON LOBÃO** - Sobre a questão dos documentos, não posso dar nenhuma explicação, não tenho como explicá-la; sobre os recursos recebidos pelo Governo do Estado para a total realização da obra em Açailândia, eu diria que a única coisa equivocada é a expressão total. Os recursos foram absolutamente insuficientes, escassos. Foram aplicados; a obra está a meio caminho e necessita de recursos vastíssimos ainda para ser concluída, não só em relação ao que estava previsto na formulação do projeto inicial, que há anos foi herdado por mim do Governo anterior, como porque se trata de uma das cidades ou municípios que mais crescem no Brasil, em que, por consequência, a demanda é permanente, crescente.

Mas ainda que não tivesse havido crescimento demográfico do município, esses recursos teriam sido apenas paliativos. Portanto, a expressão total é que, ao meu ver, está equivocada.

**O SR. IRAM SARAIVA** - A segunda pergunta estaria logicamente prejudicada, mas só reafirmo para que V. Ex<sup>a</sup> possa enfatizar mais. Como V. Ex<sup>a</sup> explica também o pedido de priorização para esse mesmo projeto, dirigido ao Ministério do Bem-Estar Social em 12/05/93?

**O SR. EDISON LOBÃO** - Fui um peregrino junto ao Ministério do Bem-Estar Social, assim como dos demais Ministérios, solicitando recursos não apenas para essa obra, mas para tantas outras. Só deploro que, a despeito da minha amizade com os respectivos Ministros, com quase todos - eu ressaltaria o caso do Ministro da Integração Regional, o Senador Alexandre Costa, e o do Ministro da Ação Social, Sr. Jutahy Magalhães Júnior, que é meu amigo -, não tenhamos obtido os recursos necessários à realização dessas obras. Compreendo que também eles estão a braços com enormes dificuldades financeiras e que, por sua vez, também não recebem recursos do Ministério da Fazenda para o atendimento dessas questões.

Para o abastecimento de água de Açailândia, chegamos a receber 302 mil dólares, por uma portaria do Ministério do Bem-Estar Social, e 58 mil dólares, por meio de um outro convênio. Foram esses os recursos recebidos.

**O SR. PEDRO PAVÃO** - Nobre Governador, verificou-se que foram celebrados vários convênios com a Secretaria de Desenvolvimento Regional - SUDAR, - no Estado do Maranhão, em 1991 e 1992, nos quais V. Ex<sup>a</sup> próprio assinou como



08/01/94

executor. Considerando que as incumbências de um mandatário não deixam espaço para outros afazeres e que se tratavam de execução de obras de grande porte exigindo conhecimentos específicos, como pavimentação de estrada, sistema de abastecimento de água, construção de linha de transmissão urbana, dentre outros, não é estranho que V. Ex<sup>a</sup> tenha assumido as incumbências de executar convênios e movimentar as respectivas contas bancárias?

**O SR. EDISON LOBÃO** - Em primeiro lugar, é o Governador do Estado quem assina os convênios, tanto com a SUDAM quanto com a SUDENE e com os Ministérios. Não há nada de anormal nisso. Quando uma outra autoridade assina um convênio ou um documento de qualquer natureza pelo Estado, está a fazê-lo por delegação do Governador do Estado.

Em relação à movimentação bancária, não é exato. O Governador não faz nenhuma movimentação bancária de recursos do Governo do Estado.

**O SR. PEDRO PAVÃO** - De acordo com as informações fornecidas pelo Banco do Brasil, V. Ex<sup>a</sup> prestou o seu aval para que duas empresas, das quais V. Ex<sup>a</sup> é acionista, CAIMA e COPERGRAÇAS, obtivessem contratos de financiamento naquele órgão, sendo que a maioria desses contratos - senão todos - já se encontram na esfera judicial para cobrança.

Ocorre que, segundo a avaliação do Banco do Brasil, os avais prestados foram efetuados através de procuração cujo teor não outorga poderes para tal, tendo a assessoria jurídica daquele órgão se manifestado pela exclusão do nome de V. Ex<sup>a</sup> do processo de cobrança judicial.

Sr. Relator a forma como a pergunta está colocada aqui, eu não a faço, mas vou tentar...

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Klein) - V. Ex<sup>a</sup> não precisa fazer a pergunta.

**O SR. PEDRO PAVÃO** - Posso, então, encaminhar ao Governador?

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Klein) - Exato.

**O SR. PEDRO PAVÃO** - Assim procederei. Estou satisfeito, Sr. Governador.

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Klein) - Consulto se algum Parlamentar deseja ainda fazer alguma indagação. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** - Vejo, não só no caso de hoje mas em várias oportunidades, que a preocupação dos Parlamentares é mostrar o constrangimento em que se encontram neste período de apurações da CPI. Isso é uma realidade, porque, afinal de contas, todos são colegas ou foram nossos colegas.

Todavia, mais do que isso, esta é a nossa obrigação, embora a maioria não tenha nenhuma preocupação de aparecer na mídia. Aqueles que querem aparecer na mídia talvez fiquem mais satisfeitos com o trabalho que estão executando. Por coincidência os que estão aqui não têm esta preocupação.

Não estamos procurando fatos, estamos procurando examinar a realidade desses fatos que são levantados. As injustiças que estão sendo cometidas no decorrer de nosso trabalho são imensas; várias delas não poderemos sanar, por mais que se assegure que a pessoa não tem responsabilidade sobre um determinado ato. A repercussão do noticiário da imprensa já implica, praticamente, numa condenação.

De todos esses fatos temos conhecimento. Por isso, continuo dando a V. Ex<sup>a</sup> a chance para mudar de opinião a respeito da primeira pergunta que lhe fiz. Se V. Ex<sup>a</sup> mantiver aquela posição, eu faria uma outra pergunta.



08/01/94



V. Ex<sup>a</sup> tem conhecimento, pela vivência que tem na política nacional, principalmente no Maranhão, V. Ex<sup>a</sup> tem conhecimento de fatos que ocorrem no seu Estado.

Sabemos que essas subvenções são encaminhadas para muitas fundações que não têm nenhum sentido de atendimento social à população, mas que servem para desviar recursos. V. Ex<sup>a</sup>, como Governador, como ex-parlamentar, como político do Maranhão, poderia apontar fundações daquele Estado que tenham que ter as suas contas examinadas e quais são os beneficiários desses recursos transferidos do Orçamento da União e cujos recursos sejam desviados? V. Ex<sup>a</sup> tem conhecimento dessas fundações?

**O SR. EDISON LOBÃO** - Senador Jutahy Magalhães, posso avaliar o constrangimento a que V. Ex<sup>a</sup> se refere, por ter que interpelar um companheiro. Também já o fiz como Deputado que fui, por duas legislaturas, em diversas comissões parlamentares de inquérito. Nem por isso eu, e agora V. Ex<sup>a</sup>, nenhum de nós, assim como os demais Srs. Parlamentares, deixaram de cumprir o seu dever.

Quanto a questão inicial da pergunta de V. Ex<sup>a</sup> a respeito das minhas contas bancárias, insisto em dizer que, em primeiro lugar, estou como que obrigado, não apenas pela lei que se refere ao fato determinado - e nós por tantos e tantos anos lidamos com esse princípio: ou se cumpre a lei ou não se cumpre a lei. A comissão parlamentar de inquérito é formada em decorrência de uma lei, por força de lei também deve ela funcionar, mas além disso recebo expediente do Sr. Presidente da Comissão que me comunica que eu estava sendo convidado: "Sobre a destinação de recursos do Orçamento da União, tenho a honra de convidar V. Ex<sup>a</sup> para prestar esclarecimentos pertinentes à matéria sob exame."

Então, até para cumprir a lei, eu teria que ficar adstrito a essas questões do Orçamento. Mas me perdoe voltar a insistir naquele ponto inicial: por que a Comissão não forneceu aos Governadores e as demais pessoas, previamente, as informações a respeito das quais elas seriam inquiridas, para que pudessem trazer as informações solicitadas? Como posso eu me lembrar de movimentação bancária de 1989, quando não era Governador e, portanto, nada tem a ver com a questão em pauta?

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** - Mas era parlamentar.

**O SR. EDISON LOBÃO** - Sim, era parlamentar, mas não...

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** - Então, haveria razão porque os parlamentares é que estão sendo examinados.

**O SR. EDISON LOBÃO** - Senador Jutahy Magalhães, o convite para que eu viesse decorre de uma declaração do Sr. José Carlos Alves dos Santos pelo fato de eu ter estado, como Governador do Estado, na residência do Relator. E eu já era Governador, não era Senador. Mas também vamos abstrair desse aspecto. O fato é que eu teria que examinar, primeiro para saber se esses números são exatos...

**O SR. PEDRO PAVÃO** - Pela ordem, Sr. Presidente, vou citar um fato até para ilustrar essa sua colocação, que tem fundamento, é natural. É que todos os parlamentares, todas as pessoas envolvidas que estão sendo inquiridas, e pela dimensão que alcançou a CPI, temos hoje quase duzentas pessoas com o sigilo bancário e fiscal quebrado, imposto de renda etc; então, não está havendo a mínima condição, temos Deputado depondo sem que tenhamos o cheque dele, o imposto de renda, nada a declarar.

Recebemos, eles trabalharam à noite, até a madrugada, para que agora, às 10h da manhã, chegasse isso às nossas mãos. Existe um outro fato também que nenhum de nós aqui teve a capacidade de colocar: a partir de agora, V. Ex<sup>a</sup> tem direito a todos os documentos que nós temos conhecimento.



É importante, como eu disse a V. Ex<sup>a</sup>, que tenhamos condições de, num curto espaço de tempo, fazer um relatório prévio de V. Ex<sup>a</sup> ao Relator-Geral, o Deputado Roberto Magalhães. Então, não há prevenção contra quem quer que seja. Foi a situação criada, 45 dias na primeira convocação, depois mais 45 dias e, agora, mais uma semana, para que o Relator tenha capacidade e condição de fazer o relatório. Tudo aconteceu de uma forma constrangedora. Esta é a observação que eu faria sobre a impossibilidade de V. Ex<sup>a</sup> ter os documentos ou ter acesso a esses documentos.

**O SR. EDISON LOBÃO** - O próprio Senador Jutahy Magalhães somente agora está tomando conhecimento das indagações que me fez. V. Ex<sup>a</sup> encontrou aí, aproximadamente...

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** - Recebi esses dados ontem à noite. Não é que eu tenha tomado conhecimento somente agora desses dados completos que me trouxeram, que, na realidade, não são completos...

Uma das razões pela qual insisti para que V. Ex<sup>a</sup> desse informação - não era nem explicação - é porque quando se joga números assim perante a opinião pública, o que ela quer usar logo são esses números. Até no princípio eu disse que não podemos ficar falando em números, embora os tenhamos, porque não podemos afirmar se esses números estão corretos.

Se existe diferença entre créditos e movimentação bancária de um ano para outro, logicamente temos de saber o porquê. É do interesse da própria pessoa podermos dar as explicações - que, muitas vezes, são fáceis. Se V. Ex<sup>a</sup> tivesse vendido qualquer um de seus patrimônios, seria fácil explicar.

**O SR. EDISON LOBÃO** - Estou tentando chegar a esse ponto.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** - Quando há uma diferença de quatro vezes a média normal, é provável que haja uma certa facilidade. Não é que se vá querer saber em que dia V. Ex<sup>a</sup> fez o depósito. Não é isso. Mas como são volumes grandes em determinados meses, V. Ex<sup>a</sup> poderia se lembrar mais facilmente. É preciso ficar claro que não estamos sabendo somente hoje. Estamos acompanhando esse processo. É lógico que não temos ainda a segurança de afirmar: "Esses números são definitivos."

V. Ex<sup>a</sup> verá que sempre que um membro da Comissão fala, diz: "Até hoje..." Ele não diz: "Estes números são definitivos."

**O SR. IRAM SARAIVA** - Sr. Governador, antes de V. Ex<sup>a</sup> responder - e peço permissão ao Senador Jutahy Magalhães -, gostaria de dizer que estamos querendo preservar a fonte, V. Ex<sup>a</sup> e tudo, porque os fatos estão sendo tão atropelados pela imprensa que estamos argüindo em cima de fatos de que a imprensa tem conhecimento e nós, não. A minha preocupação, aqui, é com isso, é ver se conseguimos isso, para quando o Relator conversar com a imprensa - ela já tenha esses dados, infelizmente -, poder ele fazer colocação a mais honesta possível.

Parece-me ter entendido o Senador Jutahy Magalhães nesse aspecto, não no sentido de apertar V. Ex<sup>a</sup>. Quando sairmos da sala, seremos nós os argüídos.

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** - Pelo menos pistas, porque, evidentemente, se me perguntarem por que razão há quatro anos tive uma conta maior do que a anterior, direi: "Acho que é porque, naquele ano, vendi uns quadros". Lembraria, pelo menos, de alguns dados. Agora, números exatos é impossível obter. Pelo menos pistas.

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Klein) - A respeito desse assunto, e diante da posição do Governador, o que transmitirei à imprensa, como coordenador deste depoimento, é que S. Ex<sup>a</sup> manifestou a sua indignação - e isso é natural, como cidadão brasileiro -, entendendo que uma Comissão Parlamentar de Inquérito tem um universo limitado de atuação, investiga fatos específicos e, no que diz respeito à questão de ter de informar sobre contas bancárias, estava extrapolando (e me parece que isso confere exatamente); que o Governador não recebeu os elementos, não tinha condições de



responder a respeito de números que não recebeu; e transmitirei também aquilo que transmito agora ao Governador, que se ele desejar, se entender oportuno, poderá encaminhar os esclarecimentos à Subcomissão de Bancos.

Como disse, com propriedade, o Deputado Pedro Pavão, vai haver um relatório final. E como no caso específico de alguns dos investigados era necessário saber da sua movimentação bancária e patrimonial, até para comprovar se houve rendimento inexplicado, e há colegas parlamentares - já sabemos -, que sofreram sanções, porque na movimentação patrimonial e bancária ficou bem claro que não tinham rendimentos que comprovassem o que efetivamente ocorreu. Diante disso, a CPI, a nosso juízo, não extrapolou quando investigou a situação bancária e a situação patrimonial; e é claro que a situação de todas as pessoas não é igual, há pessoas que atuavam na Comissão de Orçamento.

Mas pretendo transmitir que, como V. Ex<sup>a</sup> não conhecia os elementos, se desejar, poderá informar à Subcomissão de Bancos a respeito desta questão. Como disse o Deputado Pedro Pavão, o Relator receberá relatórios das subcomissões a respeito de todos os investigados e, como o relatório deverá ser descritivo e com algumas sugestões, o Relator, possivelmente, comentará as situações bancária e patrimonial de cada um dos investigados.

Gostaria de fazer uma pergunta, para que não fiquemos mal esclarecidos.

**O SR. EDISON LOBÃO** - Deputado Odacir Klein, peço permissão a V. Ex<sup>a</sup> para concluir a minha resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Klein) - Pois não.

**O SR. EDISON LOBÃO** - O Senador Jutahy Magalhães me pediu que fizesse um esforço de memória para dar uma resposta à sua indagação inicial. Recordo-me que vendi, por exemplo, um avião Sêneca novo, zero, em 1987, se não me engano, por aproximadamente 300 mil dólares. São recursos que entraram na minha declaração de bens, parte dos quais certamente se transferiram para 1989. Recordo-me que, por esse período, foram vendidas algumas ações que eu possuía; não me lembro se em 1989 ou se nas proximidades do ano. O fato é que - peço ao Deputado Odacir Klein que atente para estas informações - não há dúvida de que todo o meu patrimônio, todas as minhas contas bancárias têm origem legítima e tenho explicações cabais para tudo. Apenas não tenho a precisão, de memória, porque não conhecia os fatos alegados antes, para dar uma resposta conclusiva e taxativa.

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** - E sobre as Fundações?

**O SR. EDISON LOBÃO** - Sobre as Fundações. Tenho visto no noticiário da imprensa que algumas Fundações, entre as quais a de Imperatriz, estão sendo objeto de investigação. Conheço a ação de uma dessas Fundações, lá, em Imperatriz e vejo que ela desenvolve um trabalho até, eu diria, razoável. Porém, não sei o limite dos recursos por ela recebidos. Acho apenas que, por tratar-se de recursos vastos, de fato essa questão deve ser cuidadosamente examinada. Não conheço outras Fundações em semelhante situação.

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** - Faltou agora a conclusão de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Klein) - Penso que temos condição de encaminhar bem essa questão.

Governador Edison Lobão, para ficarmos bem esclarecidos a respeito da questão do Prefeito Wellington, que não é seu cunhado: qual o relacionamento de V. Ex<sup>a</sup> com o Prefeito Wellington?

**O SR. EDISON LOBÃO** - O relacionamento é bom; ele é meu correligionário há bastante tempo. Não é meu cunhado, é irmão de um cunhado meu, daí, talvez, a confusão. É prefeito de uma cidade do interior e foi diretor de uma



08/01/94

empresa do Estado. nomeado por mim. deixando essa empresa para ser candidato a Prefeito. pela segunda vez. reelegendo-se brilhantemente. São essas as informações.

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Klein) - Consulto se algum dos parlamentares deseja fazer mais alguma pergunta. (Pausa)

Consulto o Governador se deseja fazer alguma manifestação. (Pausa)

**O SR. EDISON LOBÃO** - Gostaria de dizer algumas palavras finais.

Essa situação, que constrange os parlamentares, causa um trauma profundo às pessoas que são envolvidas inocentemente, como eu, neste caldeirão de dificuldades.

Durante dois meses e meio fiquei exposto à sanha dos adversários. Sei que muito do que ocorreu é resultado de denúncias anônimas, covardes, de adversários políticos impenitentes, que, pelo voto, nunca chegaram ao poder, no meu Estado e que querem nos destruir pela ação deletéria, criminosa, covarde da denúncia anônima, muitas deles.

Antes da constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, eu era detentor de uma grande popularidade, no Estado. Na capital, que é uma capital de ação política rebelde, eu possuía 70% de popularidade, em setembro. Depois desse episódio da Comissão Parlamentar de Inquérito, o povo, conhecendo-me como me conhece, que me fez o Deputado Federal mais votado do Estado, duas vezes, que me fez Senador da República e Governador do Estado, teve uma atitude de reação a essa ação dos meus adversários políticos - e não vejo aqui nenhum deles - do local. Conseqüência: em dezembro a minha popularidade foi a 85%, na capital do Estado, mas sei que, no plano federal, isto tem comprometido gravemente a minha imagem, sem que eu seja culpado de nada do que possam eventualmente alegar contra mim, apenas o noticiário de imprensa impenitente, permanente, iterativo, dando notícias, muitas vezes, que não existiam.

Srs. Parlamentares, ainda ontem eu assistia a um Deputado do PDT sendo publicamente inocentado, no que fez muito bem a Comissão Parlamentar de Inquérito, e fiquei imaginando: aquele Parlamentar, tido como inocente - pareceu-me que de fato o é, - estava sendo ali inocentado de acusações que haviam sido levantadas contra ele. E os demais, que foram arrolados nesta sanha acusatória, muito menos da Comissão do que de instâncias externas, como ficarão? Que preço pagará cada um de nós por tudo quanto aconteceu?

É lastimável que a vida pública brasileira chegue a esse ponto. Eu fui jornalista político durante tantos anos; fui para a vida pública com todo o idealismo; fui Deputado Federal, pelo meu Estado, muito bem votado; tive a votação de cinco Deputados na minha reeleição; Senador; Governador agora, que realiza, modéstia à parte, uma obra gigantesca com recursos quase que exclusivamente do Estado, porque não tivemos nenhum centavo de empréstimo externo, nenhum centavo de empréstimo interno, apenas com os recursos do Estado, e não recebi quase nada do Orçamento da República, como demonstrei aqui, pouco mais de 16 milhões de dólares em três anos, ainda seja submetido a uma situação de constrangimento desta natureza.

Eu não era obrigado a vir depor. Os pareceres que possuo, de renomados juristas brasileiros, são no sentido de que nem como testemunha eu estava obrigado a depor, mas eu me propus a depor e fui o primeiro até. Como se dizia que o Governador Lobão resistia, no instante em que a revista publicou aquela reportagem, dei uma entrevista à Rede Globo, no Fantástico, no mesmo dia, dizendo que eu estava pronto para prestar os esclarecimentos. Agora, confesso que imaginava que, no cumprimento da lei, os esclarecimentos seriam solicitados por escrito, e não com uma convocação pela Comissão Parlamentar de Inquérito, que dava a impressão de que o convocado era réu e



08/01/94



que teria que comparecer como tal. Felizmente a Comissão preferiu convidar os Governadores, em vez de convocá-los.

Houve quem sugerisse que os Governadores recorressem ao Poder Judiciário. Eu me recusei a fazê-lo, apesar de estar seguro de que poderia recorrer ao Poder Judiciário, porque ele nos daria acolhimento. Eu preferi me submeter às indagações dos Srs. Parlamentares. Saio daqui como entrei, com a consciência de que nenhum delito cometi durante a minha vida pública, ou ao longo da minha vida de cidadão.

Se alguma coisa eu não pude responder, foi pelo fato de que, primeiro, não se tratava do fato determinado, e segundo, pelas razões que aqui expliquei exaustivamente. Mas agradeço as manifestações de cordialidade dos Srs. Parlamentares, e coloco-me à disposição para quaisquer outras indagações que queiram fazer, ainda que por escrito, daqui para a frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Klein) - Governador Edison Lobão, eu conheci V. Ex<sup>a</sup> como jornalista, aqui em Brasília, no meu primeiro mandato. Fui eleito Deputado Federal em 1974, e V. Ex<sup>a</sup> foi eleito Deputado Federal, se não me engano, em 1978. Naquele período, conheci V. Ex<sup>a</sup> como jornalista que defendia, com coragem, seus pontos de vista. O grupo político ao qual eu e o Senador Iram Saraiva pertencíamos era um grupo político com restrições aos seus pontos de vista. V. Ex<sup>a</sup> tinha um posicionamento político e ideológico contrário aos nossos, mas sempre o reconheci um Parlamentar sério, um Parlamentar que agiu com correção; fiquei, depois, pelo fato de haver concorrido a duas eleições majoritárias, por um período fora daqui, e perdendo, em razão disso, o convívio com V. Ex<sup>a</sup>; e quero lhe dizer que estou aqui coordenando este grupo, não com a visão de quem esteja buscando incriminar pessoas.

Eu disse, numa das primeiras reuniões da nossa CPI, que, nesta investigação que estamos fazendo, temos que nos lembrar de Franklin Roosevelt e dizer que, neste momento, nós só podemos temer o medo. E um dos medos que não podemos ter é o de inocentar, porque é muito fácil, neste momento, para qualquer um condenar, porque a condenação é aplaudida. A condenação, por motivos emocionais, por motivos até talvez de bolso e de estômago de grande parcela da população, é aplaudida, pelo fato de pessoas com notoriedade serem punidas.

Nós pretendemos concluir os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito punindo efetivamente os que tenham que ser punidos e, para isso, tivemos necessidade de investigar situações bancárias e situações patrimoniais. Imagine, por exemplo, se um parlamentar dirigente de uma fundação que receba muitos recursos, não tem que ter a sua situação bancária ou patrimonial investigada, para que nós saibamos, dentro dos limites da Comissão de Orçamento, o que efetivamente ocorreu?

A vocação da grande maioria dos integrantes da Comissão é exatamente para que tenhamos condições de fazer justiça. A vocação não é de Torquemada, a vocação é de investigar com seriedade, é de investigar e demonstrar a verdade.

Eu quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> o fato de estar depondo conosco. V. Ex<sup>a</sup> efetivamente poderia ter se socorrido de medidas judiciais, se desejasse, para dizer que não viria; poderia dizer que não viria, e não vir mesmo, porque aí teríamos que informar apenas que V. Ex<sup>a</sup> não quis vir, e V. Ex<sup>a</sup> poderia até, como alguns levantaram, ter tentado se socorrer da Assembléia Legislativa do seu Estado.

(Falha na gravação)

Eu dizia, Governador, antes que interrompêssemos aqui para trocar a fita de gravação, que V. Ex<sup>a</sup> poderia ter se socorrido de expedientes para não depor. A meu juízo, foi bom para V. Ex<sup>a</sup>, para que não ficasse uma especulação a oportunidade de prestar os seus esclarecimentos.



08/01/94

Nós estamos encerrando esta nossa reunião em que viemos ouvi-lo. Quero, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito, agradecer a V. Ex<sup>a</sup> pela forma como se conduziu, e começarei registrando a informação que darei a imprensa, de que V. Ex<sup>a</sup> disse que tinha todas as condições jurídicas, se o desejasse, para não depor, mas desejou fazê-lo e veio prestar os esclarecimentos. Aí, fornecerei as outras informações a respeito do seu depoimento, inclusive informando também que, se V. Ex<sup>a</sup> desejar, poderá prestar a qualquer das subcomissões os esclarecimentos necessários.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDISON LOBÃO** - Agradeceria se V. Ex<sup>a</sup> pudesse acrescentar à sua fala à imprensa outras questões por mim relatadas aqui, entre as quais o fato de que, do Orçamento, recebi apenas 16 milhões e poucos dólares, em três anos, e que nenhum recurso foi decorrente de emenda do Sr. João Alves.

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Klein) - Até para tentar ser fiel, eu começarei falando a respeito dessa questão da obrigação de depor, dizendo que V. Ex<sup>a</sup> admite que, como Governador, esteve com João Alves, e que lá estava o José Carlos dos Santos, mas esteve cumprindo o seu dever de Governador, buscando recursos para um Estado que, nos últimos três anos, recebeu apenas 16 milhões de dólares de recursos da União, que não os obrigatórios. Falarei que V. Ex<sup>a</sup> não pôde informar sobre o funcionamento da Comissão de Orçamento; e, com relação à Fundação da Imperatriz, que V. Ex<sup>a</sup> sabe que há, sabe que funciona, mas não sabe do volume de recursos, porque isso é uma questão nossa para efeito de investigação; e falarei a respeito também dessa questão bancária, com a colocação que já fiz anteriormente.

E penso que, agindo assim, estarei sendo fiel ao que foi dito aqui.

**O SR. IRAM SARAIVA** - No período do João Alves, zero.

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Klein) - Eu fiquei com uma dúvida aí. O João Alves não chegou a ser Relator, naquele ano. Quem foi Relator foi o Ricardo Fiúza. O João Alves começou e saiu. Foi zero no período João Alves/relatório Fiúza.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** - Esses recursos transferidos para os Estados, normalmente não levantaram dúvidas maiores. Pode ser que tenha ouvido um caso, mas...(inaudível)

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Klein) - Agora, com relação ao que levantou o Senador Iram Saraiva, eu não pretendo falar a respeito disso, porque João Alves não foi Relator, quem terminou sendo foi o Deputado Ricardo Fiúza, e ele deve ter incluído alguns recursos para o Maranhão.

Agradeço, mais uma vez, a V. Ex<sup>a</sup>, agradeço aos nobres Senadores e ao nobre Deputado Pedro Pavão o fato de estarem aqui, conosco, cumprindo esta diligência.

V. Ex<sup>a</sup> tenha a certeza de que a nossa vocação é para buscar a verdade, com o temor apenas de ter medo, mas sem medo de investigar profundamente e sem medo de inocular.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12h50min.)

